

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.772.801 - SP (2018/0271029-5)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : MARIA MERCEDES OLIVEIRA FERNANDES DE LIMA E
OUTRO(S) - SP082402
MARCOS LASARO SILVEIRA - SP283917
RECORRIDO : VILMA BIBIANO RAMOS
RECORRIDO : PAULO TEOFILO DE CARVALHO
RECORRIDO : MARILUCIA DOS SANTOS MONTEIRO
RECORRIDO : MANOEL CORREIA LIMA
ADVOGADO : ANTONIO CARLOS ANANIAS DO AMARAL - SP285871

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MULTA. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO TIDO POR VIOLADO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 284 DO STF. NECESSIDADE DE LIQUIDAÇÃO, EFICÁCIA DA DECISÃO PROFERIDA NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA E TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS NºS 282 E 356 DO STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

VILMA BIBIANO RAMOS e outros (VILMA e outros) requereram o cumprimento da sentença proferida na Ação Civil Pública nº 1998.01.1.016798-9 pela 12ª Vara Cível de Brasília/DF, ajuizada pelo INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (IDEC) contra o BANCO DO BRASIL S.A. (BANCO DO BRASIL) visando ao pagamento de diferenças sobre o saldo da caderneta de poupança oriundas dos expurgos inflacionários do denominado Plano Verão (janeiro/89).

O Juízo de 1º Grau julgou parcialmente procedente a impugnação apresentada pelo BANCO DO BRASIL.

O Desembargador Relator deu parcial provimento ao agravo de instrumento interposto pelo BANCO DO BRASIL para excluir os juros remuneratórios do montante exequendo.

Irresignado, O BANCO DO BRASIL interpôs agravo regimental, que foi não foi provido pelo TJSP, com imposição de multa, em acórdão assim ementado:

AGRAVO REGIMENTAL Ao Relator é permitido proferir decisão

Superior Tribunal de Justiça

monocrática, cuja matéria é de entendimento consolidado na Turma Julgadora Inteligência do §1º-A e do caput, ambos do artigo 557 do Código de Processo Civil Descabimento da suspensão A multa imposta tem previsão no §2º, do supracitado dispositivo legal Recurso improvido, com observação (e-STJ, fl. 462).

O BANCO DO BRASIL, então, interpôs recurso especial com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF/88, apontando violação dos arts 219, 267, IV, 475-B, 557, § 1º, e 586 todos do CPC/73, 405 do CC, 95, 97 e 98 do CDC e 16 da Lei nº 7.347/85, sustentando, em síntese, **(1)** a necessidade de afastamento da multa, uma vez que seu agravo regimental, interposto com amparo no § 1º, do art. 557 do CPC/73, não se mostrou manifestamente infundado e protelatório; **(2)** necessidade de liquidação de sentenças proferidas em ações coletivas; **(3)** que os efeitos e a eficácia da decisão proferida na ação civil pública estão circunscritos aos limites geográficos do órgão prolator; e **(4)** os juros de mora incidem a partir da citação no cumprimento de sentença.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 529/548)

O recurso foi admitido na origem (e-STJ, fls. 676/681).

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

(1) Da multa aplicada

O BANCO DO BRASIL alegou a necessidade de afastamento da multa, uma vez que seu agravo regimental, interposto com amparo no § 1º, do art. 557 do CPC/73, não se mostrou manifestamente infundado e protelatório.

No entanto, deixou o BANCO DO BRASIL de indicar, de forma clara e objetiva, qual o dispositivo legal que porventura foi violado pelo TJSP, atraindo a incidência, por analogia, da Súmula nº 284 do STF, *verbis*: *É inadmissível o recurso extraordinário quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*

Superior Tribunal de Justiça

A propósito, vejam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA DO NURER DA 2ª SEÇÃO QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. A alegação genérica de inconformismo com o acórdão recorrido, sem a indicação dos dispositivos de lei violados e a demonstração, de forma clara e precisa, de que modo o aresto os teria contrariado, atrai, por simetria, a Súmula 284 do STF.

[...]

3. Agravo interno desprovido

(AgInt no AREsp 851.624/MS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, j. 21/6/2018, DJe 28/6/2018 - sem destaque no original)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. RESPONSABILIDADE CIVIL. 1. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO ESTADUAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL SUPOSTAMENTE VIOLADO. SÚMULA 284/STF. 2. ACIDENTE. ABANDONO DE VAGÕES COM CARGA TÓXICA. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 3. OFENSA AOS ARTS. 95 E 370 DO CPC/2015. INOVAÇÃO RECURSAL. 4. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. A não individualização e a não indicação, na petição de recurso especial, do dispositivo legal supostamente violado pelo acórdão impugnado atraem a incidência do verbete n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. É certo que o acolhimento das teses recursais de não configuração do dano moral e de necessidade de redução do quantum indenizatório demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada no âmbito do recurso especial, ante o disposto no enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

3. A questão referente aos arts. 95 e 370 do CPC/2015 não foi objeto de impugnação no momento oportuno, mas tão somente nas razões desta insurgência, configurando-se a inovação recursal.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.226.941/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 12/6/2018, DJe 22/6/2018 - sem destaque no original)

Superior Tribunal de Justiça

(2, 3 e 4) necessidade de liquidação, eficácia da decisão proferida na ação civil pública e termo inicial dos juros de mora

Tais questões não foram objeto de debate no acórdão recorrido e tampouco foram opostos embargos de declaração para suprir eventual omissão, estando ausente o indispensável debate prévio.

Assim, inexistente o prequestionamento, obstaculizada está a via de acesso ao apelo excepcional.

Inafastável assim, por analogia, a incidência das Súmulas nº 282 e 356 do STF: *É inadmissível o recurso extraordinário quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada; O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento.*

Nessas condições, **NÃO CONHEÇO** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator